

## TERRITORIALIDADES E ANTROPOFAGIAS

Ivete Walty\*  
Valéria Machado\*\*

Esta publicação passa pela história de um grupo de pesquisa e seus desdobramentos. O grupo intitulado “Da rua: sujeitos e objetos” incluiu vários projetos de sua coordenadora, sempre associados àqueles de seus orientandos, de Iniciação científica, Mestrado e Doutorado. No domínio da literatura comparada, voltamo-nos para a produção cultural ligada à população em situação de rua das grandes cidades, seja como autores, seja como objetos de produções culturais várias. As dissertações e teses defendidas e as publicações dos estudantes e da coordenadora mostraram a fecundidade dos territórios pesquisados, seus limites e possibilidades. Além dos artigos, três livros resultaram desse trabalho: **Corpus rasurado: exclusão e resistência na narrativa urbana** (2005); **A rua da literatura e a literatura da rua** (2014) e **Literatura marginal e sua crítica** (2018). Entre as várias atividades do grupo, chamamos a atenção para a realização de colóquios integrando alunos e convidados, de quem vários textos foram publicados em periódicos especializados. Assinala-se o colóquio *Espaços e territorialidades*, ocorrido em 2017, que marca a transição das etapas anteriores dos estudos — *Da rua: olhares sobre histórias da literatura brasileira*; *Literatura comparada e polis: rotas alternativas*, *A prisão escrita na literatura brasileira* — para o projeto ora em desenvolvimento, *Territorialidades literárias, projetos em diálogo*. Este último tem como objetivo analisar obras teóricas e críticas, em diálogo com as ficcionais, de escritores brasileiros (José de Alencar, Machado de Assis, Graciliano Ramos, Mário de Andrade, Silviano Santiago, Luiz Ruffato) para verificar como se configuram seus projetos estéticos, levando em conta a questão do lugar da literatura e outras artes (especificamente as artes plásticas, com Portinari, Tarsila do Amaral e Adriana Varejão) e seus agentes na formação de territórios. Os operadores de leitura a serem utilizados nas análises são território, mapa, circuito, recursividade e movimentos antropofágicos.

Como se unem esses dois domínios? — perguntaria o leitor? Para responder a essa questão gostaríamos de associar três conceitos: marginalidade, territorialidade e antropofagia.

O conceito de marginalidade e, mais especificamente, o de literatura marginal, traz em si, inevitavelmente, o delineamento de espaços, na medida em que a palavra margem se contrapõe à ideia de centro, mesmo que tal relação, tão complexa, possa ser questionada e deslocada por diversos ângulos. De qualquer forma, não se pode escamotear o aspecto político aí contido, fruto das relações de poder que atravessam os espaços e, mais do que isso, os conformam. A marginalidade vem sempre associada à rua, à periferia, à prisão, a sujeitos que teriam transgredido normas traçadas por segmentos sociais que, em geral, não habitam esses espaços. Ora, se se fala de centro e margens, fala-se de territórios.

\* Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas). Programa de Pós-graduação em Letras (PPG-PUC Minas). Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq - Nível 1c.

\*\*Instituto de Educação Continuada (IEC - PUC Minas). Doutora em Literaturas de Língua Portuguesa pela PUC Minas.

O conceito de territorialidade, que emprestamos da geografia, traz em seu bojo a importância das relações de poder que o conformam. Como afirma Marcelo Lopes de Souza, o território “é fundamentalmente um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder”:

Um problema aparentemente distinto, mas associado ao anterior, foi, também entre os clássicos, a associação exclusiva ou quase exclusiva do termo “território” a um tipo de recorte específico: aquele definido pelo Estado-nação, ou seja, o “território pátrio”, o “território nacional”. Com isso, historicamente, não apenas se privilegiou, no tocante ao uso do termo, um tipo de fonte de poder em particular, mas também se tornou difícil descolar o emprego da palavra das necessidades ideológicas específicas vinculadas à legitimação dessa fonte de poder. (SOUZA, 2008, p.62).

Luciano Zanetti Pessoa CandiOTTO e Roselí Alves dos Santos, por sua vez, afirmam:

O conceito de territorialidade representa os vínculos que determinado indivíduo e/ou grupo social possuem com um ou mais territórios materiais (físicos) ou imateriais (virtuais), como algo subjetivo, ligado à percepção. A identidade individual ou coletiva é decorrente do reconhecimento e da valorização das territorialidades, haja vista que estas são fundamentais para a construção de identidades. Na visão de Raffestin (1993, p. 162): Territorialidade pode ser definida como um conjunto de relações que se originam num sistema tridimensional sociedade-espaço-tempo (p. 160). [...] A territorialidade se manifesta em todas as escalas espaciais e sociais; ela é consubstancial a todas as relações e seria possível dizer que, de certa forma, é a “face vivida” e a “face agida” do poder. (CANDIOTTO; SANTOS, 2008, p.321).

Tais posicionamentos autorizam-nos a pensar a literatura como um tipo de território associado a outros ou também usado na constituição de outros, inclusive o do Estado-nação. Verificar como as obras literárias dos autores estudados encenam tais territórios, além de percebê-las, a elas próprias como territórios configurados no tempo e no espaço marcados por seu processo enunciativo, nos permite delinear mapas e percursos que constituem a história da literatura brasileira em seu caráter processual.

O delineamento de mapas e percursos considera, pois, tanto a produção cultural ligada à população marginalizada quanto aquela abalizada pela crítica acadêmica. Além disso, faz-se necessário pensar que mesmo esse aval é estabelecido em diálogo com a crítica internacional, colocando em causa o lugar da literatura produzida no Brasil como também marginal. Não sem razão o debate sobre o par modelo e cópia ocupou e ainda ocupa páginas e páginas tanto de produções ficcionais como teórico-críticas. Os diversos conceitos e imagens criados para lidar com essa questão — do ramo da árvore portuguesa para Afrânio Coutinho, até o entrelugar de Silvano Santiago, passando pelo ritual da antropofagia de Oswald de Andrade — ilustram uma busca de identificação pelo viés do espelhamento ou da ruptura. De qualquer forma, as relações entre colonizador e colonizado, metrópole e província, centro e periferia continuam pautando os estudos latino-americanos, como já buscamos demonstrar em vários artigos publicados.

O que se procura agora é revisitar alguns desses percursos a partir da tese de que a antropofagia não tem como agente apenas um lado. Para isso, voltemos a Oswald de Andrade no Manifesto antropófago:

Expressão mascarada de todos os individualismos, de todos os coletivismos. De todas as religiões. De todos os tratados de paz. E é esse o aspecto que queremos ressaltar, *todas as culturas são antropófagas*: “*Só me interessa o que não é meu. Lei do homem. Lei do antropófago*”. (ANDRADE, In; TELLES, 1976, grifos acrescentados).

E é sobre esse movimento apropriador que também discorre Mário de Andrade ao explicar seu processo de criação de Macunaíma, em carta a Raimundo de Moraes:

Copiei, sim, meu querido defensor. O que me espanta e acho sublime de bondade é os maldizentes se esquecerem de tudo quanto sabem, restringindo a minha cópia a Koch-Gruenberg (sic), quando copiei todos. E até o Sr. Na cena da Boiuna. Confesso que copiei, copiei às vezes textualmente. Quer saber mesmo? Não só copiei os etnógrafos e os textos ameríndios, mais ainda, na “Carta pras icamiabas”, pus frases inteiras de Rui Barbosa, de Mário Barreto, dos cronistas portugueses coloniais, e devastei a tão preciosa quão solene língua dos colaboradores da Revista de Língua Portuguesa. Isso era inevitável pois que o meu... isto é, o herói de Koch-Gruenberg (sic), estava com pretensões a escrever um português de lei. O Sr. Poderá me contradizer afirmando que no estudo etnográfico do alemão, Macunaíma jamais teria pretensões a escrever um português de lei. Concordo, mas nem isso é invenção minha pois que é uma pretensão copiada de 99 por cento dos brasileiros. Dos brasileiros alfabetizados. (ANDRADE, 2008, p. 233).

Isso sem contar sua antológica frase encontrada no “Prefácio Interessantíssimo”: “Sinto que meu copo é grande demais para mim e inda bebo no copo dos outros.” (ANDRADE, 1974, p.22).

A questão da filiação literária põe em causa a submissão quando ela é assumida, como no caso de Mário de Andrade, que não está só nesse embate. Na verdade, esse movimento não é somente dos artistas, ele é de cada um de nós, pois temos uma capacidade básica, constitutiva que nos impele, recursivamente, a criar, a copiar. Essa ideia de retomadas e sobreposições evidencia o mecanismo visto como base da mente humana, em seu trabalho de produzir sentidos, em sua ação básica de construir relações, mesclas (*blending*), riscos (Cf. CANDIDO, 1996, TURNER, 2008, BRANDT, 2018). O conceito de metáfora é, então, entendido como base do processo cognitivo humano, responsável pela produção de sentido que conforma nossa vivência cotidiana. Candido, em sua orientação para a análise do poema, dedica um capítulo à metáfora, mas não se detém em seu estudo como tropo, base da criação poética. Em lugar disso, citando Bühler em ensaio de 1933, ele afirma:

Estas pesquisas da psicanálise, e de outras correntes da psicologia, mostram antes de mais nada *o caráter fundamentalmente orgânico da formação das imagens*, mostrando que a linguagem poética, que nelas repousa em grande parte, é uma manifestação essencial, não uma invenção arbitrária e facultativa, como já entrevia Vico. Mais do que isso, porém, ela é uma forma permanente de atividade espiritual, e não uma forma arcaica, superada pela linguagem da razão, como queriam Vico, Herder, e os filósofos positivistas do século seguinte. *Longe de ser uma forma historicamente superável do pensamento humano, a expressão figurada é um processo criador, que manifesta do modo sui generis a atividade mental do homem*. (CANDIDO, 1996, grifos acrescentados).

Para acentuar esse movimento de apropriação na criação, recorreremos a texto recente de Marcelino Freire (2020) publicado por ocasião da morte de Rubem Fonseca:

Está todo mundo me devendo.

Comida, cobertor, sapato, casa, automóvel, relógio, dentes.

E aí da **Folha de S.Paulo** se insistir em pôr os parágrafos acima em itálico ou entre aspas.

Sei que são trechos do clássico conto “O Cobrador” de Rubem Fonseca. Mas sou eu quem está falando. Sou eu quem está cobrando, tá ligado?

Vai fazer falta essa violência de Rubem Fonseca. Aliás, chega de dizer que ele escrevia sobre violência. Escrevia “sob” violência, está me entendendo?

Ele influenciou até quem não foi influenciado por ele. O meu caso. A minha segura nos parágrafos, apontada por alguns críticos, vem do fato de eu ser sertanejo. De eu ter lido primeiro Graciliano Ramos, creio.

Mas quem disse que isso importa? O problema é meu.

Um grande escritor é aquele que joga uma sombra na produção de quem veio durante, antes, só depois. (FREIRE, Marcelino, FSP, 15/04/2020, grifos acrescentados).

O exemplo citado mostra, além do processo de apropriação da palavra alheia, a encenação da violência, acentuada desde o título “Rubem Fonseca não escreve sobre violência, mas sob violência”, frente a figuração da resistência como uma das marcas da literatura. A escrita literária, como bem mostra Rancière (2017) põe em palco a dissensão, o desentendimento que marca a atividade política, contrapondo-a à violência da invisibilidade daqueles que não têm sua imagem ou palavra reconhecidas. Podemos, então, parafrasear Marcelino Freire: a literatura, quando a encena, faz face à violência. Ela, à moda da antropofagia, deglute a cena social e a devolve como vômito.

Dessa forma, tanto no nível interno na relação entre os grupos sociais, como no externo, no movimento entre culturas de países dados como desenvolvidos, os sempre colonizadores, e aqueles que buscam se afirmar econômica, política e culturalmente, formam-se linhas abissais, como definidas por Boaventura Souza Santos (2007):

as linhas cartográficas “abissais” que demarcavam o Velho e o Novo Mundo na era colonial subsistem estruturalmente no pensamento moderno ocidental e permanecem *constitutivas das relações políticas e culturais excludentes mantidas no sistema mundial contemporâneo* (SANTOS, 2007, p.3, grifos acrescentados).

Ao encenar essas linhas que promovem a interdição da audição e da visibilidade do outro, a escrita faz-se política “porque traça, e significa, uma re-divisão entre as posições dos corpos, sejam eles quais forem, e o poder da palavra soberana, porque opera uma re-divisão entre a ordem do discurso e a das suas condições” (RANCIÈRE, 2017, p.8).

Territorialidades, marginalidades, antropofagias: três faces de mapas atravessados por diferentes percursos aqui delineados.<sup>1</sup>

Jefferson Medeiros, em seu artigo, “Vozes ininteligíveis e silêncios orais: epistemologias do Sul em Rap global”, analisa a composição **Rap global** (OESTE [SANTOS] 2010) escrita

<sup>1</sup> Nesta parte da apresentação integramos elementos dos resumos dos artigos que compõem a publicação.

por Boaventura de Sousa Santos sob o pseudônimo de Queni N. S. L. Oeste. Sua leitura, procurando observar como se dá o processo de instanciação e encenação enunciativa, mostra como se engendra a produção de geografias discursivas, sob a luz dos conceitos cunhados pelo próprio sociólogo, a saber, a “tradução intercultural” e a “ecologia de saberes”, ambos integrados às “epistemologias do sul”. Mostra assim que **Rap global** (2010) é um ato criativo, fruto de apropriações, realizado numa lógica “de baixo para cima”, falado na linguagem das ruas, dos protestos, além de registrar vozes silenciadas daqueles dados como párias sociais das metrópoles modernas.

Sobre literatura e marginalidade, especificamente, escreve Cristina Maria Ribeiro de Oliveira, o artigo “O corpo despedaçado: tortura e sofrimento nas prisões,” em que analisa o livro **Batismo de sangue**, de Frei Betto (1983), com especial atenção para a figura de Frei Tito, dominicano preso, torturado, que, após seu banimento do país e exílio na França, enlouquece e suicida-se. Mostra, então, como, ao gravar os relatos dos vencidos durante a ditadura civil-militar e apontar os traumas sofridos por eles, Frei Betto insere essa versão dos fatos na história oficial, rasurando-a com sua própria linguagem de violência.

Rafael Duarte, no artigo “A violência da Paz: uma breve análise literário-discursiva do conto “Da paz”, de Marcelino Freire”, analisa o discurso da enunciativa construída como uma moradora de favela. A partir do processamento enunciativo, investiga a dualidade da figura da paz aí encenada: um lado que se revela no discurso da enunciativa, estabelecendo um determinado lugar social em situação de vulnerabilidade, e outro que está inserido no discurso do opressor, pertencente a um espaço social distinto e privilegiado. Desse modo, um conflito de cunho político pode ser percebido no texto fictício, também a rasurar a ordem instituída.

É sobre violência que também discorre Jonatas Aparecido Guimarães no artigo “A política do amor: (des)subjetivação dos corpos em **Love**, de Gaspar Noe”, quando propõe uma leitura do mencionado filme. Observa, então os movimentos de (des)subjetivação dos personagens, a partir da perspectiva do controle sobre a vida instaurada pela biopolítica, procurando demonstrar que há nessa construção estética uma encenação da violência implícita nas relações sexuais e na própria ideia de amor, uma vez que ambos são codificados por discursos que pressupõem, em última análise, o controle da vida e da morte.

De uma outra forma de violência tratam Vinicius Linhares e Jozelma Ramos. O primeiro, em “Para além da moldura cor-de-rosa: disputas enunciativas na composição de **Quarenta dias**, de Maria Valéria Rezende”, examina, por meio do estudo do discurso da narradora Alice, uma estratégia textual da autora, a que denomina esvaziamento da enunciação. Mostra, então, como o processamento narrativo proposto por Maria Valéria Rezende, na composição do romance **Quarenta dias**, pode ser tomado como um operador de leitura, de caráter paradoxal, responsável por encenar uma territorialidade social marcada pelo aplainamento das relações estabelecidas entre os sujeitos ficcionais do/no romance, ao mesmo tempo em que busca tensioná-las, expondo suas contradições.

Em “A construção do jogo metafórico em **L'élégance du Hérisson**: processos estéticos de colonização e hierarquização simbólica”, Jozelma Ramos também analisa o jogo enunciativo do romance de Muriel Barbery (2006), em cruzamento com a construção metafórica que

sustenta a narrativa. Parte do princípio de que tal proposta estética é utilizada pela autora para marcar a alternância entre as vozes narrativas, o que desencadeia, entre outras coisas, o (des)velamento das relações de poder aí encenadas, a que denomina relações hierárquicas subjetivas de “colonização simbólica” que se impõem entre as personagens da trama em questão.

Em “Têxtil, tátil, transatlântico: o corpo, o território e a violência encenada pelo vestuário em literaturas de Língua Portuguesa”, Ana Luiza Franco Oliveira realiza uma análise comparativa de algumas obras da literatura escrita em língua portuguesa – **Vavó Xíxi e seu neto Zeca Santos**, de Luandino Vieira, **Socorrinho**, de Marcelino Freire e **Branca de neve**, de Lídia Jorge, abarcando três países, cujos autores e autora se unem na temática da violência. Toma como ferramenta de leitura a construção enunciativa das narrativas por meio das peças de vestuário que descortinam o corpo dos protagonistas e sua relação com os demais personagens e a sociedade.

Como se vê, mudam os *corpora* – contos, romances, filmes, moda –, mudam-se os recortes temáticos e composicionais, mas os procedimentos teórico-metodológicos mantêm-se afinados, já que os conceitos de enunciação (Benveniste 1989, 1995, Bakhtin/Volochinov, 2009) e encenação (Iser) vêm dando produtivas diretrizes às análises empreendidas. O viés político é sustentado pelas reflexões de Rancière (2005, 2017, 2018) e sua percepção da literatura como lugar de dissensão, de litígio – uma escrita democrática.

Rejane Debbie Fernández Loureiro de Paiva, no artigo “Interseções: o Darwinismo social em Rubens Figueiredo e o Humanismo machadiano” não deixa de lado a violência nas e das relações sociais, mas abre seu estudo de **Passageiro do fim do dia**, de Rubens Figueiredo para um diálogo com Machado de Assis. Tal diálogo baseia-se na relação entre o darwinismo social, pedra angular da narrativa de Rubem Figueiredo, e o humanismo criado por Machado de Assis na construção de Quincas Borba. Aponta, assim, nas narrativas de Rubens Figueiredo e de Machado de Assis, um ponto comum: uma busca por uma “teoria de tudo”, “uma doutrina que, segundo diziam, abria mil caminhos, explicava muita coisa e de uma vez por todas”, no universo ficcional do primeiro, e, na linguagem de Machado de Assis, “a mais abrangente das filosofias, a ponto de vir a ser mesmo uma nova religião”, o “remate das coisas”. Todos esses elementos conformar-se-iam como a busca impossível por uma resposta radical, totalizante, que aliviasse os males humanos, encenados em suas narrativas.

Esses projetos artísticos literários desdobram-se também para a canção. Roberta Maria Ferreira Alves no artigo “Antropofagia em acordes dissonantes: uma possível digestão de um antropófago indigesto”, percorre o caminho do conceito de antropofagia a partir dos rituais dos índios Tupinambá e desagua no Tropicalismo, passando naturalmente por Oswald de Andrade. Tomando o ritual como uma forma de valorização do outro, ela analisa as reverberações dessa forma antropofágica no movimento cultural tropicalista, com foco na letra da canção da composição do baiano Caetano Veloso, **Tropicália**, como um princípio dissonante da música e da cultura brasileiras.

Valéria Machado discute o movimento recursivo das figuras do sertanejo, do cangaceiro e do latifundiário exploradas, criticamente, por Graciliano Ramos em alguns textos (crônicas/

artigos) que compõem o livro **Cangaços**, com o intuito de investigar como elas são encenadas literariamente na obra do autor. Tal movimento aponta não só para a heterogeneidade das personagens que povoam a obra de Graciliano, como também permite que se analisem, no trânsito do autor como intelectual e escritor, as bifurcações, os entrecruzamentos e as apropriações entre um texto teórico-crítico e outro ficcional, levando a que se pense em uma escrita recursiva e, de certo modo, autofágica.

Como se vê, os próprios artigos aqui reunidos são percursos a formar um mapa provisório de territórios marcados por movimentos de violência e de resistência. Territórios geográficos e político-sociais, territórios artístico-culturais: África x Portugal e Brasil, Brasil x Estados Unidos, Nordeste x Sul, favela x asfalto; monumento x movimento, silenciamento ou ruído x alteamento da voz, política x polícia, entre outros. O sinal de versus aqui utilizado marca contraposições móveis e não simples dicotomias. Isso porque o movimento é recursivo, incluindo o mesmo e o diferente; é antropofágico marcando a deglutição e o vômito.

## Referências

BENVENISTE, Émile. **Problemas de Linguística Geral I**. Tradução de Maria da Glória Novak e Maria Luísa Neri. 4. ed. – Campinas, S.P.: Pontes, 1995.

BENVENISTE, Émile. **Problemas de Linguística Geral II**. Tradução de Eduardo Guimarães et al. 2. ed. – Campinas, S.P.: Pontes, 1989.

BAKHTIN, Mikhail (VOLOCHINOV). **Marxismo e filosofia da linguagem**. Tradução de Michel Lahud e Yara F. Vieira. 13.ed. São Paulo: Hucitec, 2009.

BRANDT, Aage. **D'où vient le sens ? –Remarques sur la sémio-phénoménologie de Greimas**. Disponível em: [http://www.academia.edu/6819523/From\\_linguistics\\_to\\_sémiotics.\\_Hjelm\\_slevs\\_fortunate\\_error](http://www.academia.edu/6819523/From_linguistics_to_sémiotics._Hjelm_slevs_fortunate_error) Consultado em 01/08/2019.

CANDIDO, Antonio. A natureza da metáfora. In: CANDIDO, Antonio. **O estudo analítico do poema**. São Paulo: Humanitas, 1996.

CANDIOTTO, Luciano Zanetti Pessôa; SANTOS, Roseli Alves dos. Experiências geográficas em torno de uma abordagem territorial. In: SAQUET, Marco Aurelio; SPOSITO, Eliseu Savério (org.) **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular : UNESP, 2008.

FREI BETTO. **Batismo de Sangue: os dominicanos e a morte de Carlos Marighela**. Rio de Janeiro: Civilização.1983.

LOVE. Direção: Gaspar Noe. Paris: Les cinemas de la zone, 2015. DVD (129 min.): son, color,; (Imovision, França, Estados Unidos).

RANCIÈRE, Jacques. **A partilha do sensível**. Tradução de Mônica Costa Neto. São Paulo: Editora 34, 2005.

RANCIÈRE, Jacques. **Políticas da escrita**. Tradução Raquel Ramalhete et al. São Paulo: Editora 34, 2017.

RANCIÈRE, Jacques. **O desentendimento: política e filosofia**. Tradução de Ângela Leite Lopes. São Paulo: Editora 34, 2018.

REZENDE, Maria Valéria. **Quarenta dias**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2014.

SOUZA, Marcelo Lopes. "Território" da divergência (e da confusão): em torno das imprecisas fronteiras de um conceito fundamental. In: SAQUET, Marco Aurelio; SPOSITO, Eliseu Savério (org.). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo : Expressão Popular : UNESP, 2008.

TURNER, Mark B. **The Literary Mind : The origins of thought and language**. New York, Oxford University Press, 1998.

WALTY, Ivete L. C. **A rua da literatura e a literatura da rua**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2014.

ŽIŽEK, Slavoj. **Bem vindo ao deserto do real: cinco ensaios sobre o onze de setembro e datas relacionadas**. Tradução Paulo Cezar Castanheira. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

ZIZZEK, Slavoj. **Violência: seis reflexões laterais**. Tradução de Miguel Serras Pereira. São Paulo: Boitempo, 2014.